
 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	Diretoria Adjunta Operacional	CÓDIGO:	FQ-COTEP-027-00
	Formulário da Qualidade	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	Comissões Técnicas Permanentes	DATA REVISÃO:	
	Ata de Audiência Pública		

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E SAÚDE NA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

Ao décimo terceiro dia do mês de novembro do ano de 2019, às catorze horas, nos auditórios deputado Almir Pinto e deputado Abelardo Costa Lima, realizou-se Audiência Pública com o tema: “Discutir a funcionalidade da Lei nº 16.710, de 28 de dezembro de 2018, no que se refere ao seu art. 23, § 2º, que trata do Fundo Estadual de Política sobre Álcool e de outras Drogas (FEPAD), criado pela Lei Complementar nº 139 de 12 de junho de 2014 e outros assuntos pertinentes, entre os quais, a dualidade de secretarias executivas que tratam sobre o tema.” Autora do Requerimento: deputada Dra. Silvana. Estiveram presentes os(as) senhores(as) deputados(as): Dra. Silvana – Presidente da Comissão de Seguridade Social e Saúde; Apóstulo Luiz Henrique; Marcos Sobreira; Nelinho; e as seguintes autoridades da Mesa : Sra. Mirian Sobreira – Secretária Especial de Políticas sobre drogas; Sra. Isabel Porto – Presidente do Comitê Estadual de Enfrentamento às Drogas; Sr. Pedro Alves de Araújo Filho – Presidente do Conselho Estadual de Saúde – CESAU; Sra. Micheline Vieira Said Bravo – Assessora Especial de Políticas sobre Drogas – Eusébio – Ce; Sr. Ricardo Madeiro – Presidente da Comissão de Saúde da OAB – Ce, Sra. Rossana Brasil – Coordenadora do Movimento Brasil sem Drogas; Sr. Júnior Braga – Presidente da Federação Cearense das Comunidades Terapêuticas; Sra. Priscila Costa – Vereadora da Câmara Municipal de Fortaleza; Sr. Ítalo Coelho – Diretor da Comissão de Políticas sobre Drogas da OAB – Ce. Presidiu a audiência a deputada Dra. Silvana – Autora do Requerimento. Durante a audiência, uma das propostas apresentadas foi a recriação da Secretaria Estadual de Políticas sobre Drogas (SPD). De acordo com a deputada Dra. Silvana, a pasta da Política sobre Drogas foi um dos grandes marcos positivos do Governo Camilo Santana, mas com a extinção da SPD a pasta foi para a Secretaria e Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS) e os recursos e o patrimônio para a Secretaria Estadual da Saúde (SESA). “Não vejo como uma secretaria de combate às drogas pode funcionar a contento se os recursos estão em outra pasta. Entendo que o Governo do Estado não pode retroceder e acredito que o melhor seria unificar o Fundo Estadual de Política sobre Álcool e Outras Drogas ou na saúde ou na cidadania”, afirmou. O deputado Apóstulo Luiz Henrique (PP), que subscreveu o requerimento da audiência pública, destacou a importância do debate para encontrar uma solução, de forma que a Política Estadual sobre Drogas não se fragilize. O parlamentar lembrou que foi um dependente químico e por isso conhece o problema. “É necessário estar lado a lado com o dependente e é isso que as comunidades terapêuticas têm feito, porque estão na ponta, mas elas também precisam dos recursos que não estão chegando”, afirmou. A secretária Especial de Políticas sobre Drogas, Mirian Sobreira, afirmou que a pasta está cumprindo o papel de prevenção, acolhimento e reinserção social, mas o tratamento ficou com a saúde. “A ideia é definir quem deve cuidar de quem para que a política sobre drogas não seja prejudicada, porque a divisão da secretaria com uma parte na Secretaria da Saúde e outra na Cidadania fragilizou muito a política sobre drogas no Estado do

	Diretoria Adjunta Operacional	CÓDIGO:	FQ-COTEP-027-00
	Formulário da Qualidade Comissões Técnicas Permanentes	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	Ata de Audiência Pública	DATA REVISÃO:	

Ceará”, declarou. Para a procuradora de Justiça, Isabel Porto, representante do Centro de Apoio da Cidadania, do Ministério Público Estado (MPCE), ressalta que a solução deve ser tratada no âmbito legislativo, com a adequação da lei. Declara ainda, que atualmente, a Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas está ligada à Secretaria de Cidadania, enquanto o Fundo Estadual de Políticas Sobre Drogas e o Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas estão subordinados à Saúde. “O Ministério Público está acompanhando as discussões, mas ainda não sabemos se existiria a possibilidade de ter alguma interferência judicial, se não houver uma solução de natureza política por parte do Governo do Estado para a modificação da legislação”, informou. O presidente da Federação das Comunidades Terapêuticas do Estado do Ceará, Junior Braga, declarou que o Fundo e Conselho de Políticas sobre Drogas subordinados à Secretaria da Saúde impede que a política seja efetiva. “A gente está com vagas em comunidades terapêuticas que não estão sendo usadas porque não estão sendo pagas. A gente tem um contrato com o Governo do Estado e as vagas estão ociosas desde janeiro. Essas vagas fazem toda a diferença para a vida e para morte, mas a atual legislação bloqueou o acesso da comunidade que necessita de atendimento”, declarou. Em seguida, a Deputada Dra. Silvana comunicou os encaminhamentos da Audiência: A Comissão irá encaminhar um documento ao Governo do Estado, com solicitação de audiência com o Governador Camilo Santana, para apresentar a atual situação da política sobre drogas e definição das competências, além de solicitar o retorno da Secretaria Estadual de Políticas sobre Drogas (SPD); Foi definida a realização de um curso para as Comunidades Terapêuticas, a ser realizado pelo Ministério Público Estadual (MPCE), com o apoio da Assembleia Legislativa, Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas e Vigilância Sanitária. Nesse curso, a Promotora de Justiça da Saúde Pública, Isabel Porto, deverá esclarecer às comunidades terapêuticas a necessidade de regularização e como se dá o processo; Definição sobre o Fundo e o Conselho Interinstitucional de Políticas Sobre Drogas; Fiscalização das Comunidades Terapêuticas que não são regulamentadas; Providenciar a transcrição dos registros em Ata dessa Audiência Pública pelo Setor de Taquigrafia; Providenciar audiência pública na Alece com o Representante da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará – SESA. Estiveram presentes ainda à audiência representantes dos deputados federais Jaziel (PL-CE) e Capitão Wagner (Pros-CE), de pastores da igreja católica, pastores de igrejas evangélicas e representantes de comunidades terapêuticas de Iguatu, Pacajus, Pacatuba e Eusébio. E nada mais havendo a tratar, a presidente agradeceu a presença dos convidados, dos parlamentares e demais presentes. E, para constar, eu, Sebastiana Fontenele dos Santos, assessora, lavrei a presente Ata, que após lida será assinada pela presidente da Audiência Pública, deputada Dra. Silvana.

Deputada Dra. Silvana